

BANCO DO BRASIL S.A.
UNIDADE DE CONTADORIA
BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL
C.N.P.J 31.546.476/0001-56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Exercício 2020

Senhor Acionista,

Apresentamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing), relativas ao exercício findo em 31.12.2020, de acordo com os dispositivos estatutários e legais estabelecidos pelos órgãos reguladores, inclusive o Banco Central do Brasil (Bacen).

A EMPRESA

A BB Leasing, subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. (BB), com sede e foro em Brasília, localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250, é uma empresa autônoma registrada no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o número 31.546.476/0001-56.

A BB Leasing está inserida no contexto do planejamento estratégico corporativo do BB e se alinha aos objetivos estratégicos do Conglomerado BB, na perspectiva financeira, buscando otimizar a alocação de capital de maneira rentável. Desta maneira, a Empresa busca oferecer soluções voltadas para investimentos em modernização e ampliação das empresas brasileiras.

A BB Leasing tem como principal objeto a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis, na forma das normas aplicáveis, bem como a realização de operações de subarrendamento, cessão e aquisição de contratos de arrendamento mercantil, cessão e aquisição de direitos creditórios decorrentes de contratos de arrendamento mercantil e todas as demais operações facultadas às sociedades da espécie.

Os negócios da BB Leasing são regidos pela Lei 6.099/74, que dispõe sobre o tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil, e pela Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) 2.309/96, que disciplina e consolida as normas relativas às operações de arrendamento mercantil.

A estratégia de atuação frente ao mercado de arrendamento mercantil nacional está focada nos negócios com o segmento de pessoas jurídicas, o que pode ser observado em sua carteira que em dezembro de 2020 tinha 100,00% de sua composição em negócios com esse público.

O principal produto oferecido pela Empresa é o Leasing Financeiro Pessoa Jurídica, modalidade em que a arrendatária tem a intenção de adquirir o bem ao final do arrendamento, pagando o Valor Residual Garantido (VRG) antecipadamente, ao longo da vigência ou no final do contrato.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A BB Leasing, empresa de capital fechado, não possui Conselho de Administração. A Diretoria Executiva é composta por um Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente e Diretor Gerente e possui Conselho Fiscal próprio e permanente para assegurar a fiscalização dos atos de gestão administrativa.

A Instituição, por decisão da Assembleia do Acionista de 26.04.2005, aderiu ao Comitê de Auditoria do Conglomerado BB. Para adequação à Lei 13.303/16 a empresa também aderiu ao compartilhamento das estruturas de Comitê de Elegibilidade, Comitê de Riscos e de Capital unificado do Conglomerado BB.

MERCADO DE LEASING

De acordo com informações disponibilizadas pela Associação Brasileira das Empresas de Leasing (ABEL), o Valor Presente da Carteira do Mercado em Novembro de 2020 apresentou um saldo de R\$ 11,3 bilhões, com decréscimo de 8,96% em relação a Dezembro de 2019, que foi de R\$ 12,4 bilhões.

Ainda, de acordo com a Associação, os negócios com o segmento de pessoas jurídicas representam o maior volume da carteira do mercado e demonstra o potencial do leasing para fomentar a economia nacional.

Quanto a Arrendamentos a Receber por Setores de Atividades, o setor mais expressivo é o de Serviços com 58,37% do volume total a receber, seguido pelo setor de Indústrias com 16,48% e Comércio com 15,46%. Estatais, Pessoas Físicas e Outros Setores (Profissionais Liberais, Pequenas Empresas, Firms Individuais etc.) representam 9,69%.

CARTEIRA

Em 31.12.2020 a carteira de Leasing da Empresa totalizava 508 operações ativas, representando um saldo de R\$ 155 milhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O lucro líquido da Empresa no exercício de 2020 foi de R\$ 59,52 milhões. Esse desempenho deveu-se às receitas de operações de arrendamento mercantil, de intermediação financeira, operações com títulos e valores mobiliários e resultados com instrumentos financeiros derivativos.

GESTÃO DE RISCOS

A administração da Empresa adota política conservadora no seu processo de gerenciamento de riscos. As aplicações das disponibilidades são realizadas com o Banco do Brasil, seu controlador, o que minimiza os riscos incorridos e proporciona o alinhamento com as políticas de gerenciamento de risco adotadas pelo Conglomerado BB.

O Banco do Brasil considera a gestão de riscos da BB Leasing nas atividades de gerenciamento de riscos do Conglomerado Prudencial. Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos em: www.bb.com.br/ri.

RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

O processo de gestão de risco operacional adotado no Banco Múltiplo abrange os processos operacionais da BB Leasing, cabendo ao Banco repassar orientações à empresa no que diz respeito à identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação do risco operacional.

GESTÃO DE ATIVOS

A Empresa está atenta ao cenário atual de volatilidade e de incertezas que tem afetado o mercado econômico nacional e mundial decorrentes da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). Apesar desse cenário desafiador, após análise dos ativos registrados no balanço da empresa, observa-se que os valores lá constantes estão registrados pelo seu valor justo, com as devidas depreciações/amortizações contabilizadas, não sendo identificados até o momento, nem por fontes internas e nem por fontes externas, indícios de desvalorização dos ativos da empresa que sejam relevantes e que devam ser reconhecidos e ajustados para perdas.

A Empresa acompanha a evolução dos negócios e dos ativos e está pronta para comunicar em seus relatórios qualquer fato relevante que necessite de ajustes contábeis.

AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer do exercício de 2020, a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes não prestou outros serviços à BB Leasing além daqueles relacionados à auditoria externa.

AÇÕES ESTRATÉGICAS

§ Buscar a satisfação dos clientes por meio da disponibilização de soluções inovadoras de crédito.

§ Buscar o crescimento de negócios voltados para a modernização e ampliação das empresas brasileiras.

§ Buscar a otimização dos resultados da Empresa.

§ Utilizar os recursos da Empresa para realização das melhores práticas e oportunidades negociais, mantendo os padrões de qualidade, segurança e imagem da Instituição.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a confiança do acionista, dos clientes e da sociedade.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇO PATRIMONIAL			
ATIVO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades	5	25	111
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6.a	4.426.993	4.461.605
Ativos financeiros		2.319.214	2.260.590
Instrumentos financeiros derivativos	7.b	2.164.124	2.105.524
Operações de arrendamento mercantil	8.b	155.090	155.066
(Provisões para perdas associadas ao risco de crédito)	9.a	(5.425)	(4.480)
(Créditos de arrendamento mercantil)	9.b	(3.548)	(2.755)
(Outros créditos)	9.d	(1.877)	(1.725)
Ativos fiscais		68.813	68.289
Correntes		1.162	1.100
Diferidos (créditos tributários)	17.e	67.651	67.189
Investimentos		--	--
Outros investimentos		520	520
(Provisão para perdas)		(520)	(520)
Outros ativos	10	50.423	76.729
TOTAL DO ATIVO		6.860.043	6.862.844
PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Passivos financeiros		1.999.128	1.945.346
Recursos de aceites e emissão de títulos - debêntures	11.a	1.999.128	1.945.288
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	12.a	--	58
Provisões		27.925	26.330

Contingências cíveis e fiscais	19.b	27.925	26.330
Passivos fiscais		47.728	86.432
Correntes		19.509	68.680
Diferidos	17.d	28.219	17.752
Outros passivos	13	8.111	72.966
Patrimônio líquido		4.777.151	4.731.770
Capital	16.a	3.261.860	3.261.860
Reservas de lucros	16.b	1.515.291	1.469.910
TOTAL DO PASSIVO		6.860.043	6.862.844

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		74.483	198.725	470.563
Operações de crédito	8.e	2.033	3.479	4.166
Resultado de arrendamento mercantil	8.a	8.194	17.302	20.150
Resultado de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.b	42.982	119.344	251.807
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	21.274	58.600	194.440
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(19.561)	(53.880)	(184.516)
Operações de captação no mercado	11.b	(19.561)	(53.880)	(184.514)
Operações de empréstimos e repasses	12.b	--	--	(2)
PROVISÕES PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(1.689)	(1.983)	(516)
Créditos de arrendamento mercantil	9.c	(1.588)	(1.831)	(403)
Outros créditos	9.d	(101)	(152)	(113)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		53.233	142.862	285.531
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS		(10.501)	(39.476)	(19.330)
Despesas de pessoal	14.a	(1.744)	(3.489)	(3.329)
Outras despesas administrativas	14.b	(2.392)	(3.190)	(3.846)
Despesas tributárias	17.c	(2.761)	(7.182)	(13.823)
Outras receitas operacionais	14.c	697	12.660	3.672
Outras despesas operacionais	14.d	(4.301)	(38.275)	(2.004)
PROVISÕES		(4.651)	(1.595)	(3.397)
(Provisão)/reversão - cíveis e fiscais	20.b	(4.651)	(1.595)	(3.397)
RESULTADO OPERACIONAL		38.081	101.791	262.804
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	15	(1.539)	(1.538)	(54)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS		36.542	100.253	262.750
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.a	(15.166)	(40.736)	(104.988)
LUCRO LÍQUIDO		21.376	59.517	157.762
Número de ações	16.a	3.000.000	3.000.000	3.000.000
Lucro por ação (R\$)		7,13	19,84	52,59

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

LUCRO LÍQUIDO APRESENTADO NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	21.376	59.517	157.762
Outros resultados abrangentes	--	--	--
Efeitos tributários sobre outros resultados abrangentes	--	--	--
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	21.376	59.517	157.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EVENTOS	Nota	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Total
			Legal	Estatutária		
Saldos em 31.12.2018		3.261.860	92.007	1.311.094	--	4.664.961
Lucro do período		--	--	--	157.762	157.762
Destinações:						
Reservas	16.c	--	7.888	58.921	(66.809)	--
Dividendos (R\$ 30.317,57 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(90.953)	(90.953)
Saldos em 31.12.2019		3.261.860	99.895	1.370.015	--	4.731.770
Mutações do período		--	7.888	58.921	--	66.809
Saldos em 30.06.2020		3.261.860	101.802	1.397.190	--	4.760.852
Lucro do período		--	--	--	21.376	21.376
Destinações:						
Reservas	16.c	--	1.069	15.230	(16.299)	--
Dividendos (R\$ 1.692,26 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(5.077)	(5.077)
Saldos em 31.12.2020		3.261.860	102.871	1.412.420	--	4.777.151
Mutações do período		--	1.069	15.230	--	16.299
Saldos em 31.12.2019		3.261.860	99.895	1.370.015	--	4.731.770
Lucro do período		--	--	--	59.517	59.517
Destinações:						
Reservas	16.c	--	2.976	42.405	(45.381)	--
Dividendos (R\$ 4.711,77 por lote de mil ações)	16.c	--	--	--	(14.136)	(14.136)
Saldos em 31.12.2020		3.261.860	102.871	1.412.420	--	4.777.151
Mutações do período		--	2.976	42.405	--	45.381

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS OPERAÇÕES				
Lucro antes dos tributos		36.542	100.253	262.750
Ajustes ao lucro antes dos tributos		40.307	92.070	249.531
Provisão para operações de arrendamento mercantil	9.c	1.588	1.831	403
Provisão para outros créditos	9.d	101	152	114
Depreciação de bens arrendados		27.207	53.792	47.562
Amortização de perdas		2.589	5.480	6.364
Insuficiências (superveniência) de depreciação		(15.370)	(24.622)	7.163
Reforço de provisões cíveis e fiscais e atualização monetária		4.651	1.595	3.397
Provisão para desvalorização de outros valores e bens		--	2	54
Juros de debêntures	11.b	19.541	53.840	184.474
Lucro ajustado antes dos tributos		76.849	192.323	512.281
Variações patrimoniais		(19.818)	(96.821)	(94.905)
(Aumento) redução em instrumentos financeiros derivativos		(21.274)	(58.600)	1.815.834
Aumento (redução) em outras obrigações		(1.332)	9.031	(41.381)
Redução em operações de arrendamento mercantil		57	74	280
Redução em outros créditos líquidos dos créditos tributários		7.657	31.999	10.750
Redução em outros valores e bens		41	87	108
Imposto de renda e contribuição social pagos		(4.967)	(79.412)	(106.043)
CAIXA GERADO PELAS OPERAÇÕES		57.031	95.502	417.376
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de imobilizado de arrendamento		(37.103)	(69.204)	(101.476)
Alienação de imobilizado de arrendamento		14.439	20.105	26.502
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(22.664)	(49.099)	(74.974)
FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Redução em obrigação por recompra de debêntures		--	--	(2.010.275)
Redução em obrigações por empréstimos e repasses no país - instituições oficiais		--	(58)	(227)
Dividendos pagos		(9.089)	(81.043)	(36.155)
CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		(9.089)	(81.101)	(2.046.657)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		25.278	(34.698)	(1.704.255)
Início do período		4.401.740	4.461.716	4.391.518
Fim do período		4.427.018	4.427.018	4.461.716
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		25.278	(34.698)	70.198

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
RECEITAS				
Receita da intermediação financeira		74.483	198.725	470.563
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - reversão / (constituição)	9c	(1.588)	(1.831)	(403)
Outras receitas/despesas		(9.470)	(27.988)	(988)
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(19.561)	(53.880)	(184.516)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Despesas de processamento de dados	14.b	(370)	(568)	(1.138)
Serviços do sistema financeiro	14.b	(335)	(653)	(876)
Tarifa/comissão de fiança	14.b	(1.549)	(1.657)	(1.401)
BB - custos indiretos/suporte operacional	14.d	(383)	(830)	(776)
Corretagens e emolumentos	14.b	(43)	(88)	(100)
Outras		(136)	(305)	(463)
VALOR ADICIONADO BRUTO		41.048	110.925	279.902
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE		41.048	110.925	279.902
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		41.048 100%	110.925 100%	279.902 100%
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		41.046 100%	110.925 100%	279.902 100%
Pessoal		1.498 4%	2.999 3%	2.879 1%
Proventos e honorários	14.a	1.045	2.090	2.182
Benefícios	14.a	103	212	179
FGTS		67	135	127
Outros encargos		283	562	391
Impostos, taxas e contribuições		18.172 44%	48.409 43%	119.261 43%
Federais		17.888	47.826	118.601
Municipais		284	583	660
Remuneração de capitais próprios		21.376 52%	59.517 54%	157.762 56%
Dividendos	16.c	5.077	14.136	90.953
Lucros retidos		16.299	45.381	66.809

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

1 - A BB LEASING E SUAS OPERAÇÕES

A BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing ou Empresa) é uma sociedade anônima fechada controlada pelo Banco do Brasil S.A. (subsidiária integral), constituída em 1987, tendo por objetivo a prática de operações de arrendamento mercantil de bens móveis e imóveis. Está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 05, Lote B, Edifício Sede Banco do Brasil - 10º Andar, CEP 70.040-250 - Brasília, Distrito Federal, Brasil, com atuação em todo o território nacional.

Como parte integrante do Conglomerado Banco do Brasil, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), incluindo diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações com observância às normas e instruções da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 23.02.2021.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da BB Leasing. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$ mil).

c) Continuidade

A Administração avaliou a capacidade de a BB Leasing continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, a BB Leasing possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem. Entre outros motivos, isso está fundamentado no fato de que grande parte de suas operações negociais continua a ser conduzida em plataformas digitais com acesso e atendimento remotos, além de possuir uma assessoria de qualidade e condições especiais para crédito.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência da BB Leasing no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. Cabe acrescentar que as políticas econômicas anticíclicas adotadas por praticamente todos países ao redor do globo estão contribuindo para reduzir a incerteza, bem como os efeitos adversos sobre as empresas e as famílias.

d) Alterações nas políticas contábeis

As políticas e os métodos contábeis utilizados na preparação destas demonstrações contábeis individuais equivalem-se àqueles aplicados às demonstrações contábeis individuais referentes ao exercício encerrado em 31.12.2019.

e) Alterações na apresentação das demonstrações contábeis

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de 01.01.2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Resolução BCB n.º 2/2020, a BB Leasing realizou mudanças na apresentação das Demonstrações Contábeis atendendo à respectiva Circular, dentre as quais destacamos:

Balanco Patrimonial

Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas;

Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisão.

Demonstração do Resultado

Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial;

Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais e cíveis.

Notas Explicativas

Readequação da estrutura de apresentação das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais e de resultado. Inclusão da Nota Explicativa n.º 04 - Principais julgamentos e estimativas contábeis.

Outras informações

A BB Leasing apresenta como demonstração financeira obrigatória a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA).

Em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020, a BB Leasing está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito.

f) Convergência às normas internacionais de contabilidade

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emite pronunciamentos e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade e aprovadas pela CVM. O CMN aprovou os seguintes pronunciamentos, observados integralmente pela BB Leasing, quando aplicável:

	Pronunciamento CPC	Resolução CMN/BCB
CPC 00 (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro		Resolução CMN 4.144/2012
CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos		Resolução CMN 3.566/2008
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa		Resolução CMN 4.720/2019
CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas		Resolução CMN 4.818/2020
CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações		Resolução CMN 3.989/2011
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro		Resolução CMN 4.007/2011
CPC 24 - Evento Subsequente		Resolução CMN 3.973/2011
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes		Resolução CMN 3.823/2009
CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados		Resolução CMN 4.424/2015
CPC 41 - Resultado por Ação		Resolução BCB 2/2020
CPC 46 - Mensuração do Valor Justo		Resolução CMN 4.748/2019

Além disso, foi editada a Resolução CMN n.º 3.533/2008, cuja vigência iniciou-se em janeiro de 2012, a qual estabeleceu procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A BB Leasing aplicou, ainda, o seguinte pronunciamento que não é conflitante com as normas do Bacen, conforme determina o artigo 22, § 2º, da Lei n.º 6.385/1976: CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA).

g) Normas recentemente emitidas a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, a serem adotadas pela BB Leasing em data posterior a 31.12.2020:

Resolução CMN 4.818, de 29 de maio de 2020. A norma consolida os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais pelas instituições financeiras.

A Resolução CMN 4.818/20 entra em vigor 1º de janeiro de 2021, exceto para o disposto nos artigos 10 e 11, que somente produzirão efeitos a partir de 1º de janeiro de 2022, sendo vedada sua aplicação antecipada.

h) Informações para Efeito de Comparabilidade

Em cumprimento à Resolução BCB nº 2/2020, a BB Leasing está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, incluindo a provisão para perdas associadas ao risco de crédito (Nota 3.b).

Em 31.12.2019, foram reclassificados, para efeito de comparabilidade, a rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

Para fins de comparabilidade, seguem os impactos dos ajustes no Balanço Patrimonial, conforme orientação do CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	31.12.2019		
	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados
Operações de Arrendamento Mercantil	(2.634)	157.700	155.066'
Operações de Arrendamento Mercantil - Setor privado	121'	154.945	155.066'
Arrendamentos e subarrendamentos a receber - setor privado	67.392'	--	67.392'
(Rendas a apropriar de arrendamento mercantil)	(67.271)	--	(67.271)

Bens arrendados	--	263.657	263.657
(Depreciação acumulada)	--	(37.007)	(37.007)
Diversos - VRG Caucionado - LSG	--	(71.705)	(71.705)
(Provisão para créditos de arrendamento mercantil)	(2.755)	2.755	
(Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito - Créditos de arrendamento mercantil)		(2.755)	(2.755)
PERMANENTE			
Imobilizado de Arrendamento	226.650'	(226.650)	--
Bens arrendados	263.657'	(263.657)	--
(Depreciação acumulada)	(37.007)	37.007'	--
TOTAL DO ATIVO	6.934.549	(71.705)	6.862.844

PASSIVO/PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31.12.2019	Divulgação Anterior	Ajustes	Saldos Ajustados
Outras Obrigações	257.433	257.433'	--
Sociais e estatutárias	71.313	71.313'	--
Fiscais e previdenciárias	86.432	86.432'	--
Diversas	99.688	99.688'	--
Provisões	--	26.330'	26.330
Passivos fiscais	--	86.432'	86.432
Outros Passivos	--	72.966'	72.966
TOTAL DO PASSIVO	6.934.549	(71.705)	6.862.844

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas adotadas pela BB Leasing são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados nestas demonstrações contábeis.

a) Apuração do Resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata die, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro.

b) Mensuração a Valor Presente

Os ativos e passivos financeiros estão apresentados a valor presente em função da aplicação do regime de competência no reconhecimento das respectivas receitas e despesas de juros.

Os passivos não contratuais, representados essencialmente por provisões para demandas judiciais e obrigações legais, cuja data de desembolso é incerta e não está sob controle da BB Leasing, estão mensurados a valor presente uma vez que são reconhecidos inicialmente pelo valor de desembolso estimado na data da avaliação e são atualizados mensalmente.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em operações compromissadas - posição bancada e aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias (Nota 5).

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Notas 5 e 6).

e) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado, por ocasião dos balancetes mensais e balanços. As valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas dos respectivos instrumentos financeiros (Notas 7.b e 7.c).

A metodologia de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes das exposições às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de ativos ou passivos financeiros, compromisso ou transação futura prevista, são considerados instrumentos de proteção (hedge) e são classificados de acordo com a sua natureza em:

Hedge de Risco de Mercado: os instrumentos financeiros assim classificados, bem como o item objeto de hedge, têm suas valorizações ou desvalorizações reconhecidas em contas de resultado do período; e

Hedge de Fluxo de Caixa: para os instrumentos financeiros enquadrados nessa categoria, a parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registra-se, líquida dos efeitos tributários, na conta Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido. Entende-se por parcela efetiva aquela em que a variação no item objeto de hedge, diretamente relacionada ao risco correspondente, é compensada pela variação no instrumento financeiro utilizado para hedge, considerando o efeito acumulado da operação. As demais variações verificadas nesses instrumentos são reconhecidas diretamente no resultado do período.

f) Operações de Arrendamento Mercantil, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

As operações de arrendamento mercantil foram consideradas sob a ótica do método financeiro, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente.

Provisão para perdas associadas ao risco de crédito - as operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As operações classificadas como de risco nível H são baixadas contra a provisão existente, após decorridos seis meses de classificação nesse nível de risco, desde que apresente atraso superior a 180 dias.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações já baixadas contra a provisão são classificadas como H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando houver fatos novos relevantes que justifiquem a mudança do nível de risco, conforme Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas associadas ao risco de crédito, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999 (Nota 9.a).

Superveniência/(Insuficiência) de depreciação - o ajuste a valor presente dos fluxos futuros de recebimento das operações de arrendamento financeiro, registrado nas contas "Superveniências/Insuficiências de Depreciações" do Imobilizado de Arrendamento Financeiro, foi calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato, na forma da Circular Bacen n.º 1.429/1989 e computado no resultado.

Imobilizado de Arrendamento - é avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável de ativos e da respectiva conta de depreciação, cujo valor é calculado pelo método linear pelo prazo de vida útil do ativo.

Perdas em arrendamentos a amortizar - os valores registrados no grupo "perdas em arrendamentos a amortizar", apuradas por ocasião do vencimento dos contratos de leasing, são amortizados no prazo de vida útil remanescente dos bens arrendados.

As operações de arrendamento operacional não requerem ajuste a valor presente e seus valores não são incorporados à carteira de crédito de arrendamentos classificados por não terem característica de concessão de créditos.

Resultado na alienação quando da opção de compra:

Lucro - reconhecido por ocasião do exercício da opção de compra.

Prejuízo - a perda é registrada no Imobilizado de Arrendamento como perda em arrendamentos a amortizar, sendo reconhecida em resultado no prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados sob regime da Circular Bacen n.º 1.429/1989.

g) Tributos

Os tributos são apurados com base nas alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Alíquota
Imposto de Renda - IR (15,00% + adicional de 10,00%)	25,00%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	15,00%
PIS/Pasep	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	4,00%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Até 5,00%

Os ativos fiscais diferidos (Créditos Tributários - Nota 17.e) e os passivos fiscais diferidos (Nota 17.d) são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos são observados os critérios estabelecidos pela Resolução CMN n.º 3.059/2002, alterados pelas Resoluções CMN n.º 3.355/2006, CMN n.º 4.192/2013 e CMN n.º 4.441/2015, e estão suportados por estudo de capacidade de realização.

h) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço à BB Leasing ocorrerão durante os exercícios seguintes (Nota 10). As despesas antecipadas são registradas ao custo e amortizadas na medida em que forem sendo realizadas.

i) Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Os ativos não financeiros são revisados para verificar se há alguma indicação de que possam ter sofrido desvalorização, sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Havendo indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior valor entre o seu valor justo, menos os custos para vendê-lo, e o seu valor em uso.

Se o valor contábil do ativo for maior que o seu valor recuperável, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização (impairment), reconhecida na Demonstração do Resultado.

j) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

A BB Leasing constitui provisões quando as condições mostram que:

(i) a BB Leasing possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de eventos passados;

(ii) for provável que uma saída de benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; e

(iii) o valor da obrigação pode ser apurado com segurança.

As provisões são constituídas com base na melhor estimativa de perdas prováveis.

A BB Leasing monitora de forma contínua os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas:

(i) sua natureza e complexidade;

(ii) o andamento dos processos;

(iii) a opinião dos advogados da BB Leasing; e

(iv) a experiência da BB Leasing com processos similares.

Ao determinar se uma perda é provável, a BB Leasing considera:

(i) a probabilidade de perda decorrente de reclamações que ocorreram antes ou na data do balanço, mas que foram identificadas após aquela data, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis; e

(ii) a necessidade de divulgar as reclamações ou eventos que ocorrem após a data do balanço, porém antes da divulgação das demonstrações contábeis.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo (Nota 20.a).

A BB Leasing também reconhece as obrigações tributárias objeto de discussão judicial sobre a constitucionalidade de leis que as tiverem instituídas, até a efetiva extinção dos créditos tributários correspondentes. Nessas situações, a BB Leasing considera que existe, de fato, uma obrigação legal a pagar ao governo e reconhece, simultaneamente, uma obrigação e um depósito judicial pelo mesmo montante. Nenhum pagamento é feito até a decisão final ser proferida pela corte julgadora.

k) Outros Ativos e Passivos

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidas em base pro rata die e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base pro rata die.

l) Despesas Associadas a Captações de Recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a fluência do prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente.

m) Gerenciamento de Riscos

A BB Leasing adota política conservadora, seguindo a política de gerenciamento de riscos adotada pelo Conglomerado Banco do Brasil.

Utiliza-se na BB Leasing o processo do Banco do Brasil para identificação dos riscos que compõem o inventário de riscos da empresa, realizado a partir da análise dos segmentos de negócios explorados, direta ou indiretamente.

A partir do inventário de riscos é realizada a avaliação da relevância, considerando critérios quantitativos e qualitativos especificados em metodologia interna.

Os riscos considerados como relevantes são:

a) Risco de Crédito;

b) Risco de Mercado;

c) Risco de Taxa de Juros do Banking Book;

d) Risco de Reputação;

e) Risco de Estratégia;

f) Risco Socioambiental; e

g) Risco de Modelo.

Na BB Leasing, no que concerne às atividades de gestão de riscos, a Diretoria de Gestão de Riscos (Diris) do Banco do Brasil S.A. considera a empresa nas atividades de gerenciamento de risco do conglomerado prudencial.

Para conhecer mais sobre o processo de gestão de riscos no Conglomerado Prudencial Banco do Brasil, acesse as informações disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos no website bb.com.br/ri.

n) Resultados não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros. As informações do resultado recorrente e não recorrente constam da Nota 21.

4 - PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A elaboração de demonstrações contábeis exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material sobre essas demonstrações. Desse modo, requer que a Administração faça julgamentos e estimativas que afetam os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e pressupostos adotados são analisados em uma base contínua, sendo as revisões realizadas reconhecidas no período em que a estimativa é reavaliada, com efeitos prospectivos. Ressalta-se que os resultados realizados podem ser diferentes das estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pela BB Leasing poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira da BB Leasing e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os ativos e os passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas abrangem itens, principalmente, para os quais é necessária uma avaliação a valor justo. As aplicações mais relevantes do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem em:

a) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados não puder ser derivado de um mercado ativo, ele é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação que incluem o uso de modelos matemáticos. As variáveis desses modelos são derivadas de dados observáveis no mercado sempre que possível, mas quando os dados de mercado não estão disponíveis, um julgamento é necessário para estabelecer o valor justo.

Desde o 1º Trimestre/2020, a BB Leasing adequou seus procedimentos para monitoramento diário do mercado financeiro, realizando simulações e projeções que visam identificar variações significativas no valor justo dos instrumentos financeiros mantidos ou negociados pela BB Leasing.

Os modelos de marcação a mercado existentes na BB Leasing foram revisados para que observassem os possíveis impactos da Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 e nível 3 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos financeiros, identificadas até o momento em decorrência da pandemia, impactaram as presentes demonstrações contábeis.

b) Provisão para perdas associadas ao risco de crédito da carteira de crédito (operações de arrendamento mercantil e outros créditos com característica de concessão de crédito)

A carteira de crédito é classificada de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco. Para tanto, leva-se em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco (rating), sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal. Para as operações anormais com prazo a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro sobre os intervalos de atraso definidos para os nove níveis de risco, conforme facultado pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

A provisão para perdas é constituída ou revertida de acordo com os níveis de risco estabelecidos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, considerando-se os níveis de risco atribuídos às operações.

A provisão é considerada suficiente pela Administração e atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN n.º 2.682/1999.

c) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Ao final de cada período de reporte, a BB Leasing avalia, com base em fontes internas e externas de informação, se há alguma indicação de que um ativo não financeiro possa ter sofrido desvalorização. Se houver indicação de desvalorização, a BB Leasing estima o valor recuperável do ativo, que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso.

Independentemente de haver indicação de desvalorização, a BB Leasing testa o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso e dos ágios na aquisição de investimentos, no mínimo anualmente, sempre na mesma época.

Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o valor contábil é reduzido ao seu valor recuperável pelo registro de perda por desvalorização.

A determinação do valor recuperável na avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros requer que a Administração exerça julgamentos e adote premissas. Essas estimativas são baseadas em preços cotados no mercado, cálculos de valor presente ou outras técnicas de precificação, ou uma combinação de várias técnicas.

d) Impostos sobre os lucros

As receitas geradas pela BB Leasing estão sujeitas ao pagamento de impostos nas diversas jurisdições onde são desenvolvidas suas atividades operacionais. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas podem resultar num valor diferente de impostos sobre os lucros reconhecidos no período.

As autoridades fiscais podem rever os procedimentos adotados pela BB Leasing no prazo de cinco anos, contados a partir da data em que os tributos são considerados devidos. Desta forma, há a possibilidade dessas autoridades fiscais questionarem procedimentos adotados pela BB Leasing, principalmente aqueles decorrentes de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, a Administração acredita que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registrados nestas demonstrações contábeis.

e) Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) são calculados sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais a compensar, sendo reconhecidos contabilmente quando a BB Leasing possuir expectativa de que gerará lucro tributável nos exercícios subsequentes, em montantes suficientes para compensar referidos valores. A realização esperada do crédito tributário da BB Leasing é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos, em linha com a legislação fiscal atual.

As estimativas consideradas pela BB Leasing para o reconhecimento e avaliação de impostos diferidos são obtidas em função das expectativas atuais e das projeções de eventos e tendências futuras. As principais premissas identificadas pela BB Leasing que podem afetar essas estimativas estão relacionadas a fatores, como:

- variações nos valores depositados, na inadimplência e na base de clientes;
- (ii) mudanças na regulamentação governamental que afetem questões fiscais;
- (iii) alterações nas taxas de juros;
- (iv) mudanças nos índices de inflação;
- (v) processos ou disputas judiciais adversas;
- (vi) riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e de investimento;

(vii) mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e

(viii) mudanças nas condições econômicas internas e externas.

f) Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando há evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível, são reconhecidos como ativo.

Uma provisão para os passivos contingentes é reconhecida nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

Os passivos contingentes, classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, sendo divulgados em notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, cujos valores em discussão são reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

g) Provisão para Outros Créditos e para desvalorização de bens não de uso

As provisões para outros créditos e para desvalorização de bens não de uso foram constituídas de forma individualizada em montante julgado suficiente à cobertura de riscos dos créditos a receber (Nota 10).

5 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades		25	111
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	6.a	4.426.993	4.461.605
Total		4.427.018	4.461.716

1) Referem-se às operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor.

6 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

a) Composição

	31.12.2020	31.12.2019
Aplicações no mercado aberto - vendas a liquidar - posição bancada	4.426.993	4.461.605
Total	4.426.993	4.461.605
Ativo circulante	4.426.993	4.461.605

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Rendas de aplicações no mercado aberto - posição bancada	42.982	119.339	251.807
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	--	5	--
Total	42.982	119.344	251.807

7 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Títulos e Valores Mobiliários - TVM

Em 31.12.2020 e 31.12.2019 não houve aplicação em operações de Títulos e Valores Mobiliários - TVM.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos - IFD

A BB Leasing utiliza Instrumentos Financeiros Derivativos para reduzir o risco de mercado das operações.

Os valores relativos aos contratos de opções (Box de Duas Pontas) referem-se à aplicação dos recursos provenientes da captação pela emissão de debêntures (Nota 11.a) e têm a característica de aplicação de renda fixa.

As operações de Swap, representadas pela diferença de taxas CDI/pré, são contratadas a título de instrumento de proteção.

	31.12.2020			31.12.2019		
	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de referência	Valor de custo	Valor de mercado
Contratos de opções ⁽¹⁾						
posição ativa	4.329.966	2.163.942	2.164.103	4.185.516	2.105.114	2.105.520
De compra - posição comprada	2.164.983	31.006	52.919	2.092.758	27.595	22.401
De venda - posição comprada	2.164.983	2.132.936	2.111.184	2.092.758	2.077.519	2.083.119
Contratos de swap ⁽¹⁾						
posição ativa	2.163.942	48	21	2.105.115	101	4
Swap - CDI/pré	2.163.942	48	21	2.105.115	101	4
Ativo circulante			2.164.124			2.105.524

(1) Operações com prazo de vencimento de até 30 dias.

c) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Mercado de opções - Box de duas pontas	21.397	59.360	194.772
Swap	(123)	(760)	(332)
Total	21.274	58.600	194.440

d) Determinação do Valor Justo

Instrumentos Financeiros Derivativos: Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, conforme a Circular Bacen n.º 3.082/2002. A apuração do valor de mercado dos derivativos é estimada de acordo com modelo de precificação interno, observadas as taxas divulgadas para operações com prazo e indexadores similares no último dia de negociação do período.

e) Valor dos Ativos e Passivos Financeiros Mensurados ao Valor Justo, por nível de hierarquia

Conforme os níveis de informação na mensuração ao valor justo, as técnicas de avaliação utilizadas pela BB Leasing são as seguintes:

Nível 1 - são usados preços cotados em mercados ativos para instrumentos financeiros idênticos. Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis, e se esses preços representarem transações de mercado reais e que ocorrem regularmente numa base em que não exista relacionamento entre as partes.

Nível 2 - são usadas outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços são cotados em mercados não ativos ou para ativos e passivos similares, ou são usadas outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para suportar a avaliação dos ativos e passivos.

Nível 3 - são usadas informações na definição do valor justo que não estão disponíveis no mercado. Se o mercado para um instrumento financeiro não estiver ativo, a BB Leasing estabelece o valor justo usando uma técnica de valorização que considera dados internos, mas que seja consistente com as metodologias econômicas aceitas para a precificação de instrumentos financeiros.

	31.12.2020		31.12.2019	
	Saldo	Nível 2	Saldo	Nível 2
Ativos				
Instrumentos financeiros derivativos	2.164.124	2.164.124	2.105.524	2.105.524
Contratos de opções - Box de duas pontas	2.164.103	2.164.103	2.105.520	2.105.520
Contratos de <i>swap</i>	21	21	4	4

8 - OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

a) Resultado Financeiro das Operações de Arrendamento Mercantil

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas de arrendamento mercantil	38.525	79.783	91.207
Arrendamentos financeiros	38.525	79.783	91.207
Despesas de arrendamento mercantil	(30.331)	(62.481)	(71.057)
Arrendamentos financeiros	(30.331)	(62.481)	(71.057)
Total	8.194	17.302	20.150

b) Carteira de Crédito por Setores de Atividade Econômica

	31.12.2020	%	31.12.2019	%
Setor privado	155.090	100,0	155.066	100,0
Pessoa jurídica	155.090	100,0	155.066	100,0
Serviços	25.871	16,7	19.544	12,6
Transportes	20.760	13,4	26.012	16,8
Comércio varejista	19.939	12,9	13.010	8,4
Automotivo	13.636	8,7	12.588	8,1
Mineração e metalurgia	11.717	7,6	8.206	5,3
Agronegócio de origem vegetal	8.702	5,6	10.266	6,6
Eletroeletrônico	7.773	5,0	10.755	6,9
Papel e celulose	7.462	4,8	7.015	4,5
Comércio atacadista e indústrias diversas	7.059	4,6	9.653	6,2
Têxtil e confecções	6.680	4,3	1.419	0,9
Petroleiro	5.017	3,2	7.721	5,0
Imobiliário	3.485	2,1	6.923	4,6
Insumos agrícolas	3.092	2,0	4.157	2,7
Químico	2.671	1,7	2.498	1,6
Atividades específicas da construção	2.462	1,6	3.553	2,3
Madeireiro e moveleiro	2.254	1,5	1.924	1,2
Construção pesada	1.974	1,3	2.504	1,6
Energia elétrica	1.790	1,2	2.401	1,5
Agronegócio de origem animal	1.676	1,1	2.860	1,8
Telecomunicações	492	0,3	843	0,5
Demais atividades	578	0,4	1.214	0,9
Total	155.090	100,0	155.066	100,0

c) Composição da Carteira Segregada por Níveis de Risco e Prazo

	31.12.2020										31.12.2019	
	Operações em Curso Normal											
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total	Total
Parcelas vincendas												
01 a 30	2.144	1.258	1.503	1.656	3	--	--	--	40	6.604	6.601	
31 a 60	2.392	1.249	1.459	1.642	3	--	--	--	40	6.785	6.531	
61 a 90	2.307	1.253	1.439	1.613	3	--	--	--	39	6.654	6.330	
91 a 180	6.841	4.117	4.134	4.860	9	--	--	--	115	20.076	17.922	
181 a 360	12.527	6.038	7.469	7.841	17	--	--	--	37	33.929	31.904	
Acima de 360	31.085	18.813	13.520	17.001	27	--	--	--	--	80.446	84.508	
Parcelas vencidas												
Até 14 dias	--	--	--	88	--	--	--	--	--	88	88	22
Subtotal	57.296	32.728	29.524	34.701	62	--	--	--	271	154.582	153.818	
	Operações em Curso Anormal											
Parcelas vincendas												
01 a 30	--	--	17	--	--	--	--	--	8	25	95	
31 a 60	--	--	17	--	--	--	--	--	8	25	92	
61 a 90	--	--	17	--	--	--	--	--	8	25	61	
91 a 180	--	--	49	--	--	--	--	--	12	61	157	
181 a 360	--	--	91	--	--	--	--	--	7	98	144	
Acima de 360	--	--	181	--	--	--	--	--	17	198	285	
Parcelas vencidas												
01 a 14	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4	24	
15 a 30	--	--	17	--	--	--	--	--	29	46	73	
31 a 60	--	--	--	--	--	--	--	--	6	6	89	
61 a 90	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4	68	
91 a 180	--	--	--	--	--	--	--	--	4	4	129	
181 a 360	--	--	--	--	--	--	--	--	12	12	31	
Subtotal	--	--	389	--	--	--	--	--	119	508	1.248	
Total	57.296	32.728	29.913	34.701	62	--	--	--	390	155.090	155.066	

d) Carteira de Arrendamento Mercantil Financeiro por Prazo de Vencimento

	30.09.2020	31.12.2019
Até 1 ano	74.447	70.272
De 1 a 5 anos	80.643	84.790
Acima de 5 anos	--	4
Total a valor presente	155.090	155.066

e) Informações Complementares

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Montante recuperado dos créditos baixados como prejuízo	2.033	3.479	4.166
Montante dos créditos renegociados	1.432	1.432	259

Em cumprimento à Resolução BCB n.º 2/2020, a BB Leasing está apresentando as operações de arrendamento mercantil financeiro pelo valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, sendo os valores reclassificados da rubrica de Imobilizado de Arrendamento para a rubrica de Operações de Arrendamento Mercantil, deduzidos dos valores residuais recebidos antecipadamente, conforme divulgado na Nota 2.h. Para atender as exigências fiscais não houve alteração em relação aos registros contábeis já praticadas pela BB Leasing. Abaixo apresentamos os saldos das contas e o cálculo do valor presente.

	31.12.2020	31.12.2019
Arrendamento financeiro		
Bens arrendados	276.353	263.657
Máquinas e equipamentos	138.322	116.838
Veículos e afins	104.026	98.527
Perdas em arrendamentos a amortizar	27.673	33.778
Móveis	5.089	6.864
Aeronaves	1.150	1.150
Instalações	93	6.500
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(16.445)	(19.432)
Superveniências de depreciações	75.465	61.520
Depreciação acumulada	(94.089)	(79.095)
Total	241.284	226.650

	31.12.2020	31.12.2019
Valor Presente	241.332	226.771
Credores por antecipação de valor residual	86.242	71.705
Valor presente das operações de arrendamento	155.090	155.066
(-) Valor contábil das operações	165.867	165.251
Arrendamentos a receber - recursos internos	57.940	67.392
Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(57.892)	(67.271)
Valores residuais a realizar	116.324	110.043
Valores residuais a balancear	(116.324)	(110.043)
Bens arrendados	276.353	263.657
Depreciação acumulada de arrendamento financeiro	(94.089)	(79.095)
Amortização acumulada de perdas em arrendamentos a amortizar	(16.445)	(19.432)
(=) Aumento do ativo permanente (superveniências de depreciações)	75.465	61.520

9 - PROVISÕES PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

a) Composição

	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para créditos de arrendamento mercantil	(3.548)	(2.755)
Provisão para outros créditos ⁽¹⁾	(1.877)	(1.725)
Total	(5.425)	(4.480)
Ativo circulante	(2.787)	(1.928)
Ativo não circulante	(2.638)	(2.552)

(1) Trata-se de provisão para perdas em recebimento de títulos precatórios do Governo do Estado de São Paulo no valor de R\$ 1.829 mil (R\$ 1.674 mil em 31.12.2019) e desvalorização de incentivos fiscais - Finor, no valor de R\$ 48 mil (R\$ 51 mil em 31.12.2019).

b) Constituição da Provisão por Níveis de Risco

Nível de Risco	% Mínimo Provisão	31.12.2020			31.12.2019	
		Valor das Operações	Provisão Mínima	Provisão Complementar ⁽¹⁾	Provisão Total	Valor das Provisão Total Operações
AA	--	57.296	--	--	--	47.713
A	0,5	32.728	164	69	233	26.923
B	1	29.913	299	140	439	71.760
C	3	34.701	1.041	1.431	2.472	6.936
D	10	62	6	8	14	377
E	30	--	--	--	--	86
F	50	--	--	--	--	45
G	70	--	--	--	--	--
H	100	390	390	--	390	1.226
Total		155.090	1.900	1.648	3.548	155.066

(1) Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução CMN n.º 2.682/1999, constituída a partir da escala interna de classificação de risco de crédito.

c) Movimentação da Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Saldo inicial	(2.754)	(2.755)	(8.715)
(Reforço)/reversão	(1.588)	(1.831)	(403)
Baixas para prejuízo	794	1.038	6.363
Saldo final	(3.548)	(3.548)	(2.755)
Ativo circulante	(2.787)	(2.787)	(1.928)
Ativo não circulante	(761)	(761)	(827)

d) Movimentação da Provisão para Outras Perdas Associadas ao Risco de Crédito

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Saldo inicial	(1.776)	(1.725)	(1.611)
(Reforço)/reversão	(101)	(152)	(114)
Saldo final	(1.877)	(1.877)	(1.725)
Ativo não circulante	(1.877)	(1.877)	(1.725)

10 - OUTROS ATIVOS

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Devedores por depósitos em garantia	20.d	47.414	73.787
Devedores diversos		222	220
Títulos e créditos a receber - precatórios		2.129	1.975
Bens não de uso próprio		857	857
Despesas antecipadas		178	265
Opções por incentivos fiscais - Finor		56	56
(Provisão para desvalorização de bens não de uso) ⁽¹⁾		(433)	(431)
Total		50.423	76.729

Ativo circulante	5.777	961
Ativo não circulante	44.646	75.768

(1) Trata-se de provisão para desvalorização de bens reintegrados pela Empresa.

11 - RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

a) Recursos de Debêntures

As debêntures emitidas em março/2013 (2ª emissão) e maio/2014 (3ª emissão) são do tipo simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, nominativas e escriturais, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM n.º 476/09, e foram adquiridas em sua totalidade pelo Banco do Brasil S.A.

A Resolução Bacen n.º 4.527/2016 veda a realização de operações compromissadas com títulos de emissão ou aceites de instituições integrantes do mesmo conglomerado prudencial. Em consequência dessa nova regulamentação, a BB Leasing iniciou o processo de recompra das debêntures em março de 2017.

Emissão	Valor da Operação	Vencimento	Remuneração	Valor Contábil	
				31.12.2020	31.12.2019
Março/2013	20.000.000	2023	100% CDI	1.270.844	1.236.618
Maió/2014	20.000.000	2024	100% CDI	728.284	708.670
Total				1.999.128	1.945.288
Passivo circulante				1.698.722	569.105
Passivo não circulante				300.406	1.376.183

b) Despesas de Captações no Mercado

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Remuneração - juros ⁽¹⁾	(19.541)	(53.840)	(184.474)
Colocação de títulos	(20)	(40)	(40)
Total	(19.561)	(53.880)	(184.514)

(1) Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por dias úteis decorridos, incidentes sobre o valor nominal unitário das debêntures ou sobre o saldo do valor nominal unitário das debêntures desde a data de emissão até a data de seu efetivo pagamento.

12 - OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

a) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais Composição por Prazo de Exigibilidade

Programa	Taxa de Atualização	31.12.2020	31.12.2019
BNDES/Finame ⁽¹⁾	1,50% a 8,3% a.a. ou TJLP + 2,3% a 5,5% a.a.	--	58
Passivo circulante		--	58

(1) A garantia das operações consiste em penhor, ao BNDES/Finame, dos direitos creditórios representados pelos contratos de arrendamentos, conforme Circular BNDES n.º 196 - item 9.

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Despesas de obrigações por repasses - BNDES/Finame	--	--	(2)
Total	--	--	(2)

13 - OUTROS PASSIVOS

	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos e bonificações a pagar	5.077	71.313
Credores diversos - país ⁽¹⁾	2.665	1.163
Valores a pagar a sociedades ligadas	369	490
Total	8.111	72.966
Passivo circulante	8.111	72.966

(1) Inclui o montante de R\$ 1.367 mil (R\$ 143 mil em 31.12.2019), referente a recursos a liberar a fornecedores de bens arrendados.

14 - OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

a) Despesas de Pessoal

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Proventos	(951)	(1.911)	(2.012)
Encargos sociais	(596)	(1.187)	(968)
Benefícios	(103)	(212)	(179)
Honorários - conselho fiscal	(94)	(179)	(170)
Total	(1.744)	(3.489)	(3.329)

b) Outras Despesas Administrativas

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Tarifa/comissão de fiança	(1.549)	(1.657)	(1.401)
Despesas de processamento de dados	(370)	(568)	(1.138)
Serviços do sistema financeiro	(335)	(653)	(876)
Corretagens e emolumentos	(43)	(88)	(100)
Publicações	(26)	(71)	(74)
Seguros	(21)	(47)	(162)
Emolumentos judiciais e cartorários	(7)	(19)	(14)
Outras	(41)	(87)	(81)
Total	(2.392)	(3.190)	(3.846)

c) Outras Receitas Operacionais

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Atualização de depósitos judiciais	320	2.448	2.865
Outras ⁽¹⁾	377	10.212	807
Total	697	12.660	3.672

(1) Recuperação de despesa pela reativação de depósito judicial.

d) Outras Despesas Operacionais

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Despesas com demandas fiscais ⁽¹⁾	(3.136)	(16.572)	--
Despesas com demandas cíveis ⁽¹⁾	(649)	(15.791)	(512)
BB - custos indiretos/suporte operacional	(383)	(830)	(776)
Atualização monetária de dividendos	(30)	(672)	(420)
Registro de contratos	(21)	(60)	(106)
Outras ⁽²⁾	(82)	(4.350)	(190)
Total	(4.301)	(38.275)	(2.004)

(1) Referem-se a condenações cíveis e fiscais, decorrentes do processo de revisão da base dos depósitos judiciais.

(2) Inclui, em 2020, o montante de R\$ 4.196 mil, referente à baixa de atualização de depósitos judiciais.

15 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Nota	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Receitas não operacionais		--	2	--
Lucro na alienação de valores e bens		--	2	--
Despesas não operacionais		(1.539)	(1.540)	(54)
Desvalorização de outros valores e bens		--	(1)	(54)
Perdas de capital	21	(1.539)	(1.539)	--
Total		(1.539)	(1.538)	(54)

16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, de R\$ 3.261.860 mil (R\$ 3.261.860 mil em 31.12.2019) está dividido em 3.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. O Patrimônio Líquido de R\$ 4.777.151 mil (R\$ 4.731.770 mil em 31.12.2019) corresponde a um valor patrimonial de R\$ 1.592,38 por ação (R\$ 1.577,26 em 31.12.2019).

Reservas de Lucros

	31.12.2020	31.12.2019
Reserva legal	102.871	99.895
Reserva estatutária	1.412.420	1.370.015
Margem operacional	1.412.420	1.370.015
Total	1.515.291	1.469.910

A Reserva Legal é constituída respeitando o limite de 5% do lucro líquido, limitado a 20% do Capital Social.

A Reserva Estatutária de Margem Operacional tem por finalidade garantir margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Empresa, podendo ser constituída por até 100% do lucro líquido após as destinações legais, inclusive dividendos, limitada a 100% do Capital Social.

Dividendos e Distribuição do Lucro Líquido

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Lucro líquido do período	21.376	59.517	157.762
Reserva legal constituída no período	(1.069)	(2.976)	(7.888)
Base de cálculo	20.307	56.541	149.874
Dividendos	5.077	14.136	90.953
Reserva estatutária constituída no período	15.230	42.405	58.921
Total destinado ao acionista	5.077	14.136	90.953
Lucro líquido após as destinações	0	0	0

17 - TRIBUTOS

a) Demonstração das Despesas de IR e CSLL

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Valores correntes	(15.823)	(37.336)	(108.058)
IR e CSLL no país	(15.823)	(37.336)	(108.058)
Valores diferidos	657	(3.400)	3.070
Passivo fiscal diferido	543	(9.708)	11.532
Ajuste da carteira de arrendamento	(1.572)	(3.486)	6.607
Marcação a mercado	2.115	(6.222)	4.925
Ativo fiscal diferido	114	6.308	(8.462)
Marcação a mercado	(2.156)	6.288	(4.202)
Diferenças intertemporais	2.270	20	(4.260)
Total	(15.166)	(40.736)	(104.988)

b) Conciliação dos Encargos de IR e CSLL

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Resultado antes dos tributos	36.542	100.253	262.750
Encargo total do IR (25%) e da CSLL (15%)	(14.617)	(40.101)	(105.100)
Outros valores	(549)	(635)	112
IR e CSLL do período	(15.166)	(40.736)	(104.988)

c) Despesas Tributárias

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Cofins	(2.130)	(5.677)	(11.323)
PIS/Pasep	(346)	(922)	(1.840)
ISSQN	(285)	(583)	(660)
Total	(2.761)	(7.182)	(13.823)

d) Passivo Fiscal Diferido

	31.12.2020	31.12.2019
Decorrentes de marcação a mercado	9.377	2.396
Decorrentes do ajuste da carteira de arrendamento	18.842	15.356
Total	28.219	17.752
IR	24.066	16.691
CSLL	3.134	801
Cofins	877	224
PIS/Pasep	142	36
Passivo não circulante	28.219	17.752

e) Ativo Fiscal Diferido (Crédito Tributário)

	31.12.2019		Exercício/2020		31.12.2020	
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo		
Diferenças temporárias	26.178	36.252	(29.313)	33.117		
Marcação a mercado	2.264	32.119	(25.064)	9.319		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	13.209	1.577	(2.241)	12.545		
Provisões passivas - fiscais e previdenciárias	4.952	301	(1.346)	3.907		
Provisões passivas - outras	5.581	2.128	(662)	7.047		
Outras provisões	172	127	--	299		
Superveniência de depreciação	41.011	136	(6.613)	34.534		
Total	67.189	36.388	(35.926)	67.651		
IR	57.214	20.533	(23.203)	54.544		
CSLL	9.728	12.365	(9.999)	12.094		
Cofins	212	488	(381)	319		
PIS/Pasep	35	3.002	(2.343)	694		
Ativo não circulante	67.189			67.651		

f) Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico, atualizado por ocasião da publicação semestral, sendo o valor presente apurado com base na taxa média de captação projetada para o período de apuração.

	Valor Nominal	Valor Presente
Em 2021	22.304	21.721
Em 2022	14.183	13.281
Em 2023	13.583	12.000
Em 2024	7.713	6.398
Em 2025	6.133	4.777
Em 2026	3.735	2.732
Total de créditos tributários em 31.12.2020	67.651	60.909

No exercício de 2020, observou-se a realização de créditos tributários na BB Leasing no montante de R\$ 35.926 mil.

18 - PARTES RELACIONADAS

A BB Leasing não concede empréstimos ao Pessoal Chave da Administração, em conformidade com a proibição a toda instituição financeira estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

A BB Leasing realiza com seu controlador Banco do Brasil S.A. transações bancárias tais como depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações em depósitos interfinanceiros, empréstimos e operações com instrumentos financeiros derivativos. Há, ainda, contratos de prestação de serviços e convênio para rateio/ressarcimento de despesas e custos diretos e indiretos.

Essas transações entre partes relacionadas são praticadas em condições normais de mercado, substancialmente nos termos e condições para operações comparáveis com as praticadas com terceiros, incluindo taxas de juros e garantias. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento.

Sumário das Transações com Partes Relacionadas

	Nota	31.12.2020	31.12.2019
Ativos			
Disponibilidades	5	25	111
Aplicações no mercado aberto - revendas a liquidar - posição bancada	6.a	4.426.993	4.461.605
Instrumentos financeiros derivativos	7.b	2.164.124	2.105.524
Passivos			
Recursos de debêntures	11.a	1.999.128	1.945.288
Dividendos e bonificações a pagar	13	5.077	71.313
Valores a pagar a sociedades ligadas	13	369	490

Demonstração do resultado	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	6.b	42.982	119.344
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.c	21.274	58.600
Despesas de captação no mercado - remuneração/juros	11.b	(19.541)	(53.840)
Despesas de pessoal		(1.650)	(3.310)
Despesa de processamento de dados	14.b	(370)	(568)
Tarifa/comissão de fiança	14.b	(1.549)	(1.657)
Corretagens e emolumentos	14.b	(43)	(88)
Emolumentos judiciais e cartorários	14.b	(7)	(19)
Atualização monetária de dividendos	14.d	(30)	(672)
BB - Custos indiretos/suporte operacional	14.d	(383)	(830)
Outras despesas administrativas		(54)	(123)

19 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E ADMINISTRADORES

A BB Leasing não possui quadro próprio de empregados, nem remunera seus administradores, uma vez que suas atividades são conduzidas integralmente pela estrutura administrativa do Banco do Brasil S.A. A BB Leasing ressarcir ao Banco as despesas correspondentes (Nota 18).

20 - PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/2009.

b) Passivos Contingentes - Prováveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios para a cobrança de ISSQN sobre receitas de operações de leasing, e a ações movidas pelos estados para a cobrança de IPVA sobre veículos de propriedade da BB Leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Movimentações nas provisões para demandas fiscais e cíveis

	2º Semestre/2020	Exercício/2020	Exercício/2019
Demandas fiscais			
Saldo inicial	10.486	12.379	9.980
Constituição	935	1.393	4.421
Reversão da provisão	(1.748)	(4.290)	(2.725)
Atualização monetária	94	285	703
Saldo final	9.767	9.767	12.379

Demandas cíveis	12.788	13.951	12.953
Saldo inicial			
Constituição	5.521	5.640	1.861
Reversão da provisão	(631)	(2.225)	(1.146)
Atualização monetária	480	792	283
Saldo final	18.158	18.158	13.951

Total **27.925** **27.925** **26.330**

A Administração da BB Leasing considera suficientes as provisões constituídas para atendimento às perdas decorrentes de demandas fiscais e cíveis. As ações prováveis estão pulverizadas, tendo como principal ação, uma demanda de natureza cível por descumprimento de obrigações, no valor de R\$ 13.726 mil.

Cronograma esperado de desembolsos

	Fiscais	Cíveis
Até 5 anos	3.694	14.799
Acima de 5 anos	6.073	3.359
Total	9.767	18.158

O cenário de incerteza de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saídas.

c) Passivos Contingentes - Possíveis

Ações Fiscais

As demandas de natureza fiscal referem-se, principalmente, a ações movidas por municípios para a cobrança de ISSQN sobre receitas de operações de leasing, e a ações movidas pelos estados para a cobrança de IPVA sobre veículos de propriedade da BB Leasing.

Ações Cíveis

A maioria das ações cíveis movidas contra a BB Leasing refere-se a ações ordinárias revisionais e de repetição de indébito.

Saldos dos passivos contingentes - Possíveis

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas fiscais	26.785	38.461
Demandas cíveis	920	679
Total	27.705	39.140

As ações possíveis estão pulverizadas, tendo como principal ação, uma demanda de natureza fiscal movida pela Delegacia da Receita Federal, no valor de R\$ 11.400 mil.

d) Depósitos em Garantia de Recursos

Saldos dos depósitos em garantia constituídos para as contingências

	31.12.2020	31.12.2019
Demandas cíveis	27.674	44.609
Demandas fiscais	19.740	29.178
Total	47.414	73.787

21 - RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o período de divulgação, foram identificados os eventos registrados na tabela abaixo considerados "Itens

não recorrentes", com o respectivo efeito fiscal e na participação nos lucros e resultados, a seguir detalhados, quando necessário ao melhor entendimento:

Depósitos Judiciais/ Perdas de Capital

Despesas com regularizações da base de depósitos judiciais realizadas pela Diris/Disem no exercício de 2020.

Desdobramento do Lucro Líquido do período em resultado não recorrente e resultado recorrente

	2º Sem/2020	Exerc/2020	Exerc/2019
Lucro líquido	21.376	59.517	157.762
Itens não recorrentes	(3.809)	(16.958)	--
Depósitos judiciais	(3.784)	(25.698)	--
Perdas de capital	(1.539)	(1.539)	--
Efeito fiscal sobre o resultado não recorrente	1.514	10.729	--
Resultado recorrente	25.185	76.475	157.762

Re.

1- OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Redução ao valor recuperável

No exercício de 2020, o estudo realizado não identificou ativos com indícios de perda do valor recuperável que justificassem o reconhecimento de perda por desvalorização, conforme determina o CPC 01.

b) Pandemia coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Conglomerado Banco do Brasil, controlador da BB Leasing, adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas, pelo Ministério da Saúde e pelas autoridades dos países onde atua, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos funcionários, colaboradores, clientes e a sociedade.

Ao mesmo tempo, a BB Leasing, em consonância com seu controlador, tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

Implicações contábeis e de capital relacionadas aos efeitos do Covid-19

A pandemia está ocasionando impactos significativos no ambiente econômico dos países afetados pelo vírus. Apesar das ações mitigadoras adotadas até o presente momento, são esperadas implicações sobre as demonstrações contábeis do Conglomerado. Os principais reflexos e medidas são apresentados a seguir.

i) Principais julgamentos e incertezas

Como resultado das incertezas ocasionadas pelo cenário de pandemia, alguns julgamentos e estimativas adotados historicamente pela BB Leasing foram revisados para que as informações contábeis originadas desses julgamentos e estimativas refletissem com maior nível de confiabilidade a posição patrimonial e o resultado do período divulgados pela BB Leasing.

ii) Distribuição de Lucros

Em cumprimento a Resolução CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, posteriormente alterada pela Resolução nº 4.885 de 23.12.2020, a remuneração do capital (juros sobre o capital próprio e dividendos) fica limitada ao montante equivalente à 30% do lucro líquido ajustado, no termo do estabelecido pelo Art. 202 da Lei nº 6.404, de 15.12.1976.

BB Leasing optou pela distribuição de dividendos mínimo obrigatório definido no estatuto social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, conforme o art.31 do Estatuto Social da BB Leasing.

iii) Redução ao valor recuperável dos ativos

A BB Leasing realizou estudos para identificar se seus ativos não financeiros apresentavam indícios de desvalorização pela redução do seu valor em uso ou pelos fluxos de caixa descontados, os quais podem indicar redução no valor recuperável do ativo.

Não foram identificados impactos relevantes nos valores recuperáveis dos ativos não financeiros.

iv) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os modelos de marcação a mercado existentes na BB Leasing foram revisados para que observassem os possíveis impactos da pandemia Covid-19 nos indicadores econômico-financeiros utilizados na projeção de cenários, especialmente no cálculo de valor justo de instrumentos financeiros classificados no nível 2 na hierarquia de valor justo.

As alterações no valor justo dos instrumentos, identificadas até o momento em decorrência da pandemia já impactaram as presentes demonstrações contábeis.

v) Cálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

O modelo interno desenvolvido para cumprimento da Resolução 2.682/99 (alterada pela Resolução n.º 2.697/00) implica na atribuição de um risco ao cliente, ao grupo econômico a qual este cliente pertença e o risco país em que o cliente conduz seus principais negócios.

A pandemia ocasionada pela Covid-19 gerou um agravamento no risco de crédito de clientes localizados nos principais países afetados, nos quais ocorreu perceptível redução da atividade econômica, no entanto, pelo monitoramento da carteira, não foi identificado, na BB Leasing, impacto específico relacionado diretamente ao contexto da pandemia.

vi) Aproveitamento dos créditos tributários ativados

Foram realizados novos estudos para aproveitamento dos créditos tributários ativados, tendo em vista as novas projeções de resultado da BB Leasing pelo período de 10 anos.

O estudo realizado concluiu que não haverá alteração na expectativa de realização dos créditos tributários.

vii) Provisão para riscos por demandas contingentes

Foram reavaliados os riscos envolvidos, especialmente no que se refere às demandas cíveis e trabalhistas, não tendo sido identificados impactos relevantes, até o momento, em face das provisões existentes.

viii) Assistência governamental

Durante o período de enfrentamento da pandemia, ocorreram medidas governamentais e regulatórias que proporcionaram apoio aos negócios. Uma das medidas foi a postergação de recolhimento de tributos, conforme Portaria nº 139/2020 do Ministério da Economia. A BB Leasing não adotou a faculdade concedida.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da

BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil ("BB Leasing"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BB Leasing em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à BB Leasing, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos

A BB Leasing mensura o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.e) e nº 7 às demonstrações contábeis, com base em dados observáveis de mercado, quando não existem preços e parâmetros de mercado disponíveis para tais derivativos, utilizando premissas como curvas futuras de taxas de juros e de câmbio e índices de preços. A mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos foi considerada uma área de foco em nossa auditoria devido à relevância no contexto das demonstrações contábeis e à utilização de técnicas de precificação que levam em consideração dados observáveis ou referenciais de mercado.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos; (b) entendimento e análise da metodologia de marcação a mercado, e desafio das premissas utilizadas nas construções das curvas projetadas; (c) recálculo do valor justo das operações em aberto na data-base, avaliando a razoabilidade dos dados e parâmetros de mercado utilizados nos modelos de precificação; e (d) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela Administração para a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são aceitáveis, considerando as práticas utilizadas no mercado, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins comparativos no balanço patrimonial, estão sendo reapresentados devido às alterações sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, trazidas pela Resolução nº 4.720 de 30 de maio de 2019, com alterações posteriores pela Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e pela Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019, revogada posteriormente pela Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, emitidas pelo BACEN, no que se refere à apresentação do ajuste a valor presente da carteira de arrendamento mercantil, a qual era objeto de ressalvas nos relatórios do auditor independente.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da BB Leasing, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da BB Leasing. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essa DVA foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da BB Leasing é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a BB Leasing continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a BB Leasing ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da BB Leasing são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da BB Leasing.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da BB Leasing. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a BB Leasing a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Brasília, 23 de fevereiro de 2021

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" DF

LUIZ CARLOS OSELIERO FILHO
Contador CRC nº 1 SP 234751/O-6

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Segundo semestre de 2020

I.Introdução

O Comitê de Auditoria do Banco do Brasil (Coaud), órgão estatutário de assessoramento do Conselho de Administração (CA), é composto por membros independentes e eleitos pelo CA.

O Banco do Brasil optou pela constituição de comitê de auditoria único para o Banco Múltiplo e Subsidiárias, entre elas a BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (BB Leasing).

II.Responsabilidades

O Coaud tem suas atribuições definidas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto nº 8.945/2016, Resolução CMN nº 3.198/2004, Estatuto Social do BB e seu Regimento Interno, disponível no endereço eletrônico www.bb.com.br/ri.

Nesse contexto, os administradores da BB Leasing são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às leis e regulamentos.

A Resolução CMN nº 4.557/2017 atribui ao Comitê de Riscos e de Capital (Coris) o assessoramento ao CA em suas funções relativas à gestão de riscos e de capital, de forma unificada, para as instituições integrantes do Conglomerado Prudencial do BB. O Coaud avalia e monitora as exposições a riscos mediante interação e atuação conjunta com o Coris.

A Auditoria Interna (Audit) do Conglomerado responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos a que a BB Leasing está exposta, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, por meio de verificações quanto a sua qualidade, suficiência, cumprimento e efetividade.

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes (Deloitte) é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis. Avalia, também, no contexto desse trabalho, a qualidade e suficiência dos controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis.

III. Atividades do período

O Comitê de Auditoria, em cumprimento ao seu plano de trabalho, realizou regularmente reuniões internas, com a Diretoria da Empresa, com as auditorias interna e independente, e também com executivos do Banco de áreas que realizam atividades necessárias às operações da empresa. Nas reuniões, abordou os temas sob acompanhamento do Coaud.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud a existência e/ou evidências de fraudes ou inobservância de normas legais e regulamentares que pudessem colocar em risco a continuidade da instituição.

IV.Auditoria Interna

O Coaud supervisiona as atividades desenvolvidas pela Audit e avalia, por meio de instrumental técnico formal, sua independência, objetividade, qualidade e efetividade.

O Comitê realizou reuniões periódicas com a Audit para acompanhar sua atuação e o cumprimento de suas atribuições.

V.Auditoria Independente

O Coaud supervisiona a prestação de serviços de auditoria contábil pelos auditores independentes e avalia a sua independência, a qualidade e a adequação de tais serviços às necessidades da Instituição. Além disso, verifica, previamente à contratação para prestação de outros serviços às empresas do Conglomerado, a existência de conflitos.

O Comitê realizou reuniões com a Deloitte com o objetivo de acompanhar o cumprimento do planejamento, avaliar os resultados dos principais trabalhos realizados e examinar suas conclusões e recomendações.

VI.Sistema de controles internos (SCI) e exposição a risco

A avaliação da efetividade do SCI é fundamentada principalmente nos resultados dos trabalhos realizados pelas auditorias interna e independente; pelos órgãos externos de supervisão e controle; pela Diretoria de Controles Internos (Dicoi); pela Diretoria da BB Leasing; em informações e documentos requisitados a outras áreas do Banco; e, em suas próprias análises.

O Coaud, em conjunto com o Coris, avaliou e monitorou as principais atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos e realizou reuniões com as áreas gestoras de riscos e de capital.

VII.Transações com partes relacionadas

O Coaud avalia e monitora, em conjunto com a administração e a área de auditoria interna, a adequação das TPR, de acordo com as atribuições estabelecidas pela Lei das Estatais e recomenda melhorias nos processos operacionais à administração.

O Comitê realizou reuniões com as auditorias interna e independente.

Não chegaram ao conhecimento do Coaud inadequações às normas vigentes sobre transações com partes relacionadas.

VIII.Demonstrações contábeis e Relatório da Administração

O Coaud revisa, previamente à publicação, as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, os relatórios da administração e do auditor independente. Avalia a qualidade das demonstrações contábeis, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

Examinou o resumo das principais práticas contábeis e analisou mensalmente as principais variações nos saldos contábeis e suas respectivas causas, a partir de informações fornecidas pela Diretoria Contadoria.

Revisou as demonstrações contábeis, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e do Auditor Independente, relativos a 31.12.2020.

IX.Recomendações do Comitê de Auditoria

Não houve recomendações no período.

X.Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente as atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) Auditoria Interna é efetiva, dispõe de estrutura e orçamento suficientes ao desempenho de suas funções e atua com independência, objetividade e qualidade;
- b) a Deloitte atua com efetividade e independência;
- c) o sistema de controles internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios da BB Leasing e objeto de atenção por parte da administração;
- d) as principais exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente; e,
- e) as demonstrações contábeis de 31/12/2020 e o relatório da administração foram elaborados em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen, e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira naquela data.

Brasília-DF, 23 de fevereiro de 2021.

EGIDIO OTMAR AMES

LUIZ SPINOLA

MARCOS TADEU DE SIQUEIRA

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O CONSELHO FISCAL DA BB LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis, incluindo a proposta de destinação do resultado do exercício, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, os quais foram aprovados, nesta data, pela Diretoria.

Com base nos exames efetuados, no Relatório dos auditores independentes, nas informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria e/ou seus prepostos durante as reuniões mensais do Conselho Fiscal, realizadas no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal é de opinião que os referidos documentos estão em condições de serem encaminhados à apreciação da Assembleia Geral dos Acionistas da BB Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil.

Brasília (DF), 23 de fevereiro de 2021.

JOSÉ RICARDO BAITELLO
Presidente

LUIZ FERNANDO ALVES
Conselheiro

MARCIA LUIZA DE AMORIM OLIVEIRA
Conselheira

MEMBROS DA DIRETORIA

MAURÍCIO NOGUEIRA
Diretor-Vice-Presidente

MARCO TÚLIO DE OLIVEIRA MENDONÇA
Diretor-Gerente

CONSELHO FISCAL

JOSÉ RICARDO BAITELLO (PRESIDENTE)

LUIZ FERNANDO ALVES

MÁRCIA LUIZA DE AMORIM OLIVEIRA

COMITÊ DE AUDITORIA

EGIDIO OTMAR AMES

LUIZ SERAFIM SPINOLA SANTOS

MARCOS TADEU DE SIQUEIRA

CONTADORIA

EDUARDO CESAR PASA
Contador Geral
Contador CRC-DF 017.601/O-5
CPF 541.035.920-87